



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**

### **OFÍCIO Nº 3585/2026-73**

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

**RODRIGO REIS DE SOUZA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

**Assunto: Requerimento nº 001/2026, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Claudio Polaco**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Administração presta os esclarecimentos a seguir, com base nas informações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

A Secretaria Municipal de Educação informa que tem ciência da Lei Federal nº 15.326/2026, a qual introduziu novo § 2º ao art. 61 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), passando a prever hipóteses de reconhecimento de profissionais da educação infantil como professores, desde que atendidos os requisitos legais de formação e ingresso.

No âmbito do Município de Jaguariúna, tal alteração legislativa pode alcançar, em tese, os cargos de Agente Educacional, Agente de Educação Infantil, Pajem e Monitor, condicionada, contudo, à estrita observância dos requisitos legais previstos na legislação federal aplicável.

Registre-se que eventual reestruturação de carreira, com o consequente reenquadramento de cargos e funções, demanda prévia e indispensável análise integrada das áreas administrativa, jurídica e financeira da Administração Pública Municipal, não se tratando de providência automática ou imediata.

Nesse contexto, foi instaurado procedimento interno no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, por meio de seu Departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de realizar levantamento preliminar do quantitativo de profissionais que eventualmente atendam aos requisitos legais de formação exigidos pela norma federal.

Concluída essa etapa inicial, o material será oportunamente encaminhado às demais Secretarias e Departamentos competentes, para fins de avaliação técnica e manifestação quanto à viabilidade administrativa, jurídica e financeira de eventual medida a ser adotada.

São essas as informações que se apresentam para o momento, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**DAVID HILARIO NETO**  
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 23/02/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0916736** e o código CRC **F9FFBEAE**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00003585/2026-73

SEI nº 0916736